

Ata da Reunião Setorial

Atividade de Perfuração Marítima do Bloco - FZA-M-59



Colares, 08/11/2016 – 15h45 – 18h20

Local: Colônia de Pescadores de Colares

BP	AECOM	Entidades presentes
Fátima Ribeiro	Tatiane Moraes	Colônia de Pescadores Z- 23 de Colares
	Débora Aguiar	Associação dos Produtores de Pesca Artesanal de Mocajatuba - ASPPAMC
		Secretaria Municipal de Meio Ambiente- SEMA
		IBAMA- Superintendência Regional de Belém/PA
		IBAMA- CGPEG

Às 15h45min Gabriel Carvalho, do CGPEG/IBAMA, iniciou a reunião se apresentando e solicitando que todos os presentes se apresentassem. Após a apresentação de todos, Gabriel apresentou as instituições presentes: BP, IBAMA e AECOM, e esclareceu o motivo da reunião e sua importância. Prosseguiu exibindo um mapa de localização com os Blocos de Perfuração Exploratória na Margem Equatorial, incluindo o Bloco FZA-M-59 que pertence à BP. Além disso, ressaltou que essa atividade se refere a uma atividade marítima, abordou os impactos e riscos associados ao empreendimento, e indicou a necessidade do licenciamento para que tais blocos sejam explorados.

O representante da SEMA, Reginaldo Vale, questionou quais empresas pretendem atuar na Bacia da Foz do Amazonas. Gabriel Carvalho, respondeu o questionamento citando as empresas que foram contempladas com os blocos da Bacia leiloados pela ANP. O Sr. Ananias perguntou ainda se o IBAMA é responsável pelo EIA. Gabriel esclareceu que a empresa interessada, no caso a BP, contrata uma empresa de consultoria ambiental, na presente situação, a AECOM, e esta deve elaborar o Estudo de Impacto Ambiental com idoneidade.

O representante da Colônia Z- 23, Rodolfo Souza, questionou a função do IBAMA em relação à atividade. Gabriel, representante do CGPEG/IBAMA, esclareceu que o IBAMA é o de órgão que licencia e fiscaliza a atividade.

O representante da ASPPAMC, Valdenil Corrêa, fez comentários acerca dos impactos para a pesca, e questionou o IBAMA sobre a falta de um estudo técnico para a Região do Salgado Paraense que comprove que esta é uma zona de desova, a qual deve ser considerada para o recebimento do Seguro Defeso. Gabriel Carvalho fez algumas considerações sobre os impactos, disse que eles serão apresentados e pediu que os participantes se concentrassem na atividade da empresa BP.

Fátima Ribeiro, representante da BP, iniciou a reunião setorial com a apresentação da BP, empresa responsável pela atividade no Bloco FZA-M-59, da empresa consultora, AECOM, e das outras empresas responsáveis pelo Estudo de Impacto Ambiental. Todos os presentes também se apresentaram neste momento. Posteriormente, foi apresentada a agenda da reunião, e proposto que as discussões fossem realizadas ao final da reunião.



Dando seguimento à apresentação, Fátima Ribeiro, apresentou como se dá o processo de exploração e produção do petróleo, considerando desde a etapa de leilão dos blocos pela ANP até o descomissionamento de uma atividade de produção. Esta explicação foi realizada através do quadro, “Campo do Petróleo em Jogo”, onde estão indicadas as etapas de exploração e produção de petróleo, assim como as instituições responsáveis pela regulação, fiscalização e licenciamento das atividades marítimas da indústria do petróleo. Após a explicação geral da atividade, a BP apresentou o cronograma previsto para a atividade de perfuração da empresa na Bacia da Foz do Amazonas. Além disso, a BP apresentou as características da atividade de perfuração do Bloco FZA-M-59 em licenciamento, ou seja, a localização do bloco e a sua distância mínima da costa, as bases de apoio aéreo e marítimo e as demais informações de logística, como rota das embarcações de apoio e número de voos e barcos previstos.

A representante da AECOM, Tatiane Moraes, iniciou a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental da atividade de perfuração exploratória no Bloco FZA-M-59. Inicialmente, fez uma breve explicação sobre como um EIA é elaborado, assim como detalhes do EIA direcionado a perfuração no Bloco FZA-M-59. Também foram apresentados os impactos efetivos, os projetos ambientais previstos no EIA para mitigação e monitoramento, e enfatizados os critérios que agregam Belém na Área de Influência da atividade BP. Para esclarecer sobre os impactos relacionados ao descarte de fluido de perfuração e cascalhos, foram utilizadas e disponibilizadas para manuseio dos participantes, frascos com as amostras de fluido de perfuração, petróleo e cascalhos.

O representante da ASPPAMC, Valdenil Corrêa, confirmou a rota dos barcos de pesca, de acordo com o mapa apresentado, e fez relatos de acidentes entre embarcações já ocorridos, a fim de enfatizar o que Tatiane descreveu sobre os possíveis acidentes entre embarcações de apoio da atividade BP e barcos de pesca artesanal, durante o tráfego no canal.

O representante da SEMA, Ananias Trindade, questionou se existem restrições para a pesca artesanal na rota das embarcações de apoio. Tatiane Moraes, explicou que a restrição ocorre apenas na Área do Bloco, de acordo com exigências da Marinha do Brasil, como uma medida preventiva a fim de evitar acidentes. Complementou a termos de exemplo, simulando diferentes locais para o bloco e os impactos decorrentes para cada situação.

O representante da ASPPAMC, Valdenil Corrêa, questionou a ausência de algumas associações e disse considerar importante a mobilização popular para garantir conhecimento e direitos. Tatiane Moraes, representante AECOM, agradeceu as informações e disse contar com o auxílio dos presentes para a obtenção de novas informações e pediu que os presentes atuassem como multiplicadores do que foi apresentado sobre a atividade.

O representante da ASPPAMC, Valdenil Corrêa, colocou a importância da aprovação popular para a ocorrência dessas atividades petrolíferas na região. Gabriel Carvalho, representante do CGPEG/ IBAMA, explicou que a Audiência Pública é uma consulta, mas não é a população quem define sobre o licenciamento ou não de um empreendimento, e exemplificou algumas situações.

Ata da Reunião Setorial

Atividade de Perfuração Marítima do Bloco - FZA-M-59



O representante da Colônia Z-23, Rodolfo Pacheco, questionou sobre a situação do Rio de Janeiro e os benefícios para as comunidades afetadas. O representante do CGPEG/ IBAMA, Gabriel Carvalho, explicou que existe uma compensação para os impactos sofridos pelos pescadores. Complementou ainda que essa compensação é complicada de ser mensurada, principalmente no que diz respeito à rota das embarcações.

A representante BP discorreu sobre a utilização do porto, esclarecendo que é um estabelecimento comercial que cumpre sua função e já abriga inúmeras embarcações de diferentes setores. Assim, a atividade da BP será mais uma a utilizar a rota de navegação e o Porto de Belém/PA, e este uso será realizado com segurança e de acordo com as leis de navegação do Brasil. Por fim, enfatizou as responsabilidades da empresa em relação aos impactos que possam ocorrer ao meio ambiente e a população, decorrentes da atividade BP, e ressaltou a realização da reunião como meio de iniciar um diálogo entre comunidade e empresa.

Gabriel Carvalho, representante CGPEG/ IBAMA, expôs os contatos do IBAMA e disponibilizou-se para qualquer esclarecimento.

O representante da ASPPAMC, Valdenil Corrêa, indagou se caso ocorra uma fase de produção, um novo porto hidroviário poderá ser construído. A representante BP, Fátima Ribeiro, negou qualquer pretensão de construção de um novo porto, somente para a atividade BP; Tatiane Moraes, representante AECOM, complementou destacando a infraestrutura e segurança que um porto deve ter para receber esse tipo de atividade.

O representante da Colônia Z- 23, Rodolfo Pacheco, questionou o representante do IBAMA/ PA, Rafael Melo, sobre a possível construção de um Porto Hidroviário na Praia da Romana/ PA. Rafael fez algumas considerações sobre essa situação.

O representante da SEMA, Reginaldo Vale, questionou quantos municípios receberam as reuniões setoriais. A representante BP, Fátima Ribeiro, respondeu que 22 municípios, contando com Colares tinham recebido as reuniões setoriais. Tatiane Moraes, representante AECOM, listou tais municípios. O representante falou sobre uma rádio chamado "Mater Dei", com frequência em muitos desses municípios, e a disponibilizou para repassar qualquer informação.

Às 18h20min a reunião foi encerrada por Fátima Ribeiro, representante BP.